

## REFLEXÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Difícil navegar por estes mares revoltos da política. Não há uma semana em que fatos desta seara não incendeiem o País, causando mais incertezas do que uma janela que seja de clareamento de horizontes. Na semana passada não foi diferente.

**Em Brasília**, as votações da CCJ, na apuração do parecer com a denúncia de "corrupção passiva" contra Temer, acabaram favoráveis ao presidente, com 40 votos contra 25. Isso não deve impedir este parecer de ir para plenário, devendo ser votado depois do recesso, no dia 2/8. Muitos consideraram esta vitória parcial do governo como uma "vitória do pirro", visto que este parecer ainda deve passar pelo crivo da Câmara, sendo necessários 172 votos para o seu arquivamento, o que, nas atuais circunstâncias, não parece garantido. É perceptível a perda de apoio da sua base de alianças no Congresso. O PSDB, por exemplo, já libera sua bancada.

Cabe observar, também, que esta foi a primeira das três denúncias apresentadas pelo MP. Ainda faltam as de "obstrução de justiça" e de "formação de quadrilha". Nestas, o trâmite será o mesmo. Envio à CCJ, para apreciação, para depois ir para a Câmara. Importante considerar que para Temer, quanto mais demorar estas votações, maior o risco de "novos fatos", como as delações de Eduardo Cunha e de Lucio Funaro, o que devem abalar mais sua governabilidade.

**Em paralelo a isso**, Lula acabou condenado pelo juiz Sergio Moro a 9 anos e seis meses em primeira instância, com a alternativa de responder em liberdade. Moro acabou agindo por prudência para evitar "maiores traumas". A palavra final acabará com a turma do TRF-4 em Porto Alegre. Caso aceita esta acusação de Moro, Lula acabará preso, algo que pode acontecer num prazo de até um ano. Isso acabará inviabilizando sua candidatura para as eleições de 2018. Cabe lembrar que Sergio Moro também retirou de Lula os direitos de poder se candidatar a qualquer cargo público por 18 anos.

**Na economia**, o ritmo de atividade segue em lenta retomada, mas é possível alguma inflexão entre junho e julho, dado o calor da crise política. Esta é uma preocupação. Saber se está ocorrendo ou não um descolamento entre a economia real e a crise política. Pelas sondagens de confiança de junho, da FGV, já parece haver alguma contaminação, com a maioria dos índices em queda, com exceção da Construção Civil (próxima à estabilidade). Nos indicadores de atividade, a produção industrial, as vendas do varejo e as atividades de serviço se mostraram em alta em maio, mas devem perder algum fôlego em junho. O IBC-BR de maio recuou 0,5% pelo dessazonalizado, embora crescendo 1,5% pelo observado.

**Em síntese**, será importante acompanhar a extensão desta crise política para se ter noção de uma possível contaminação sobre o ânimo dos agentes e na atividade.

**Sobre a inflação** continuou navegando em relativa calma, com os índices, ou em deflação ou em patamar bem baixo. O IPCA de junho registrou deflação de 0,23%, o IGP-M do primeiro decêndio de julho, deflação de 0,95%, mesmo patamar na previsão dos outros índices da FGV. No do IBGE acabou decisiva a redução nos preços da gasolina e da tarifa de energia elétrica, além do recuo dos alimentos. Esta deflação, no entanto, pode ter sido pontual já que algum repique pode ocorrer agora em julho, diante da nova mudança de bandeira da tarifa de energia, agora para amarela.

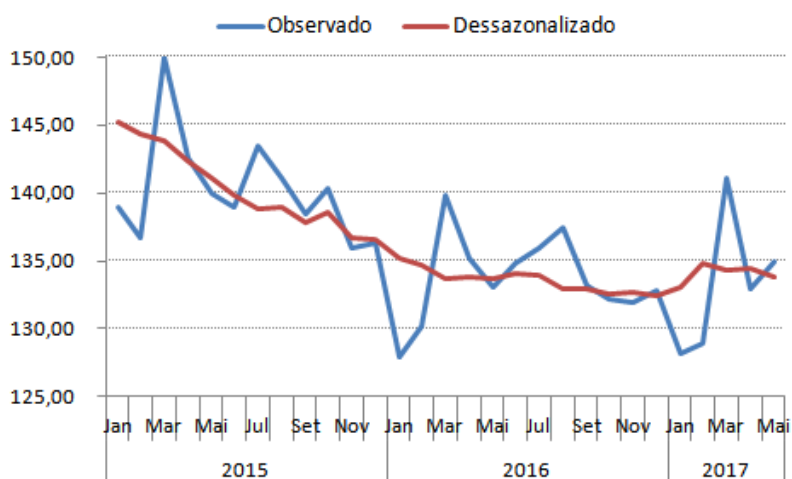
Mesmo assim, as projeções de inflação para o ano seguem revisadas para baixo. O IPCA se aproxima de 3,0% e alguns índices da FGV próximos a 0,5% ou até mesmo negativos. Isso deve abrir espaço para uma postura mais agressiva do BACEN. Consideramos haver espaço para um corte de 1 ponto percentual, mas pode chegar a 1,25 p.p. no Copom dos dias 24 e 25 deste mês. Para isso, no entanto, será importante que a crise política se dissipe, ou perca força, e o ajuste fiscal seja preservado. Este, alias, é outro ponto de tensão para os mercados.

Achamos que o regime fiscal deve continuar ameaçado, pois a crise política tende a atrasar a Reforma da Previdência, jogando-a talvez para o próximo ano ou presidente. Isso dificultará o olhar dos mercados sobre a sustentabilidade fiscal do País.

Nas metas para este ano já crescem os que acreditam que o déficit de R\$ 139 bilhões acabará superado. Na pesquisa da Fazenda, **Prisma Fiscal**, sobre a opinião do mercado em relação às contas públicas, a meta deste ano segue revisada. A última acabou em R\$ 145,3 bilhões, depois de R\$ 142 bilhões na anterior. Já a dívida pública deste ano se encontra em 75,6% do PIB, indo a 78,7% no ano que vem. A corroborar para isso o fraco desempenho da arrecadação, recuando 3% neste ano, impactada pela frágil retomada e o recuo de apenas 1% das despesas, diante da rigidez de 90% destas. Visando reverter este quadro, é possível que a Fazenda tente novos cortes de despesas obrigatórias e de alternativas de receita. Neste caso, comenta-se sobre a elevação das alíquotas da CIDE e do COFINS, além da torcida pelo deslanchar das concessões e das vendas de ativos.

Enfim, é neste clima de instabilidade permanente na cena política que o governo (na verdade, a equipe econômica) tenta recolocar a economia nos trilhos. A esperança está, no entanto, que independente dos desfechos da crise em Brasília (diante dos fatos narrados acima), a gestão econômica seja preservada. É nisso que todos nós, o mercado, o meio empresarial, nos apoiamos e torcemos.

### BREVE INFLEXÃO NA RETOMADA DA ECONOMIA (IBC-BR)



Julio Hegedus Netto  
Msc, CNPI  
Economista-chefe  
Lopes Filho & Associados